

# **Multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária no Sul Global**

**Lorena Izá Pereira**

Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

e-mail: iza.pereira@unesp.br

**Camila Ferracini Origuéla**

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.

e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

**Estevan Leopoldo de Freitas Coca**

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil.

e-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

## **Resumo**

A questão agrária não é recente, a mesma é realidade desde o processo acumulação primitiva descrito por Marx (1970 [1867]). Contudo, no século XXI, devido a processos como a convergência de múltiplas crises, a globalização neoliberal e as mudanças geopolíticas globais, o problema agrário assume novas características. O capital, para garantir sua acumulação interminável, necessita de ajustes espaciais e temporais e neste sentido os espaços agrários do Sul Global têm sido profundamente incorporados pelas dinâmicas expansivas do capital. Este processo é materializado por meio de distintas estratégias, cada vez mais sofisticadas e violentas, ao mesmo tempo em que resulta em diferentes formas de resistências desde abaixo. Neste sentido, a atual questão agrária no Sul Global envolve uma diversidade de territorialidades, dimensões e escalas.

**Palavras-chave:** Território; territorialidade; escala; agronegócio; campesinato.

## **Multidimensionality, multiterritoriality and multiscalarity, of the agrarian question in the Global South**

### **Abstract**

The agrarian question is not recent, it is a reality since the primitive accumulation process described by Marx (1970 [1867]). However, in the 21st century, due to processes such as the convergence of multiple crises, neoliberal globalization and global geopolitical changes, the agrarian problem takes on new characteristics. Capital, in order to guarantee its endless accumulation, needs spatial and temporal adjustments and in this sense the agrarian spaces of the Global South have been deeply incorporated by the expansive dynamics of capital. This process is materialized through different strategies, increasingly sophisticated and violent, while resulting in different forms of resistance from below. In this sense, the current agrarian question in the Global South involves a diversity of territorialities, dimensions and scales.

**Keywords:** Territory; territoriality; scale; agribusiness; peasantry.

## **Multidimensionalidad, multiterritorialidad y multiescalaridad de la cuestión agraria en el Sur Global**

### **Resumen**

La cuestión agraria no es reciente, es una realidad desde el proceso de acumulación primitiva descrito por Marx (1970 [1867]). Sin embargo, en el siglo XXI, debido a procesos como la convergencia de múltiples crisis, la globalización neoliberal y los cambios geopolíticos globales, el problema agrario adquiere nuevas características. El capital, para garantizar su acumulación interminable, necesita ajustes espaciales y temporales y, en este sentido, los espacios agrarios del Sur Global han sido profundamente incorporados por la dinámica expansiva del capital. Este proceso se materializa a través de diferentes estrategias, cada vez más sofisticadas y violentas, al tiempo que genera diferentes formas de resistencia desde abajo. En este sentido, la cuestión agraria actual en el Sur Global involucra una diversidad de territorialidades, dimensiones y escalas.

**Palabras clave:** Territorio; territorialidade; escala agronegocio; campesinado.

### **Introdução: a multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária**

Organizar uma apresentação de um número de periódico científico cujos artigos, por mais que se debrucem sobre uma mesma temática e paradigma, sejam tão distintos em suas escalas, abordagens e construções teóricas é um agradável desafio, uma vez que nos permite refletir sobre as diferenças e semelhanças da questão agrária em diferentes escalas. No momento em que construímos o número, o fato de haver contribuições sobre três continentes distintos, todos no Sul Global, nos instigou a debatermos sobre a multidimensionalidade, a multiterritorialidade e a multiescalaridade da questão agrária. Mais do que apresentar e debater sobre o que nos separa, esta introdução tem como objetivo debater o que nos une enquanto territórios alvos da expansão do capital no século XXI.

A questão agrária é essencialmente multidimensional, multiterritorial e multiescalar, evitando a tradicional abordagem unilateral da questão agrária como um problema apenas de acesso à terra. Antes de tudo, destacamos que entendemos a categoria geográfica do território como espaços sociais, culturais, nos quais há manifestação de relações e ideias (FERNANDES, 2009). O território possui como princípios a soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade.

A partir desta compreensão de território enquanto multiescalar e multidimensional, Fernandes (2009a) propôs três tipologias para o território, a saber: 1) *primeiro território*: compreendido como o espaço de governança, caracterizado pelo fato de ser uno; 2) *segundo território*: abordado como as frações territoriais, neste ponto o campesinato seria uma fração territorial e o agronegócio outra, representando, deve-se distinguir as frações territoriais, uma vez que as relações sociais que as produzem são distintas; 3) *terceiro*

*território*: compreendido como território relacional, resultado das conflitualidades entre as frações de territórios, as conflitualidades entre o território do agronegócio e do campesinato.

O território é apropriado por diferentes agentes, que (re)produzem distintas territorialidades e dimensões. A territorialidade corresponde a expressão e a representação do território, como o uso e controle do território e pode ser entendida como “estratégia espacial para afetar, influenciar e controlar recursos e pessoas, por meio do controle de áreas” (SACK, 1986, p. 03). Assim, a questão agrária envolve usos corporativos, como os monocultivos do agronegócio e territorialidades camponesas, como os assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas, indígenas, entre outras. A partir dessa abordagem, o território é multidimensional porque não envolve apenas a dimensão produtiva ou econômica, mas também política, social, ambiental, cultural, educacional, sejam estas materiais ou imateriais. No número 51 todos os artigos exploram diferentes territorialidades e dimensionalidades da questão agrária. Contribuindo para este debate necessário.

Outro ponto que tem sido negligenciado no debate acerca da questão agrária é a escala<sup>1</sup>, que não tem sido entendida como uma construção social, mas sim como uma escolha arbitrária e aleatória (RACINE, RAFFESTIN e RUFFY, 1983). As escalas não são dadas, mas sim produzidas socialmente a partir de correlação de escalas, da relação entre escalas e do mosaico de escalas (BRENNER, 2013). Esta abordagem escalar permite compreender a questão agrária como resultado de processos e dinâmicas global, regional e local em interação no espaço e no tempo. Deste modo, a questão agrária é geral, particular e singular (CHEPTULIN, 1982)<sup>2</sup>. Embora haja elementos que a torne semelhantes em diferentes escalas, como os artigos deste número nos permitem analisar, a questão agrária se materializa de forma distinta<sup>3</sup>, pois é resultado de processos interescales.

## **A questão agrária no Sul Global**

Desde a década de 1970, resultado de uma crise de sobreacumulação, o capital apresenta novas estratégias e dinâmicas que promovem a sua expansão, como a ascensão do neoliberalismo, especialmente nos países do Sul Global. No século XXI a situação é intensificada com a convergência de múltiplas crises: alimentar, ambiental, climática, energética e financeira (BORRAS JR., FRANCO, KAY e SPOOR, 2011), que inseriu a

---

<sup>1</sup> Souza (2013) argumenta que há três tipos de escala: 1) a escala do fenômeno, que compreende a abrangência dos processos; 2) a escala de análise equivale a escala analítica. A escala de análise não é um simples resultado da escala do fenômeno, mas sim algo construído com base na escala do fenômeno e; 3) a escala da ação reflete o alcance espacial das práticas dos envolvidos no processo.

<sup>2</sup> “O singular e o geral estão organicamente ligados um ao outro e só podem ser separados no estado puro por abstração. A correlação do singular e do geral no particular manifesta-se como correlação de aspectos únicos em seu gênero, que são próprios apenas por uma formação material dada” (CHEPTULIN, 1982, p. 195)

<sup>3</sup> Ao contrário do debate sobre a homogeneização devido a ascensão da globalização neoliberal, a questão agrária apresenta particularidade e singularidades de acordo com o local.

necessidade de ajustes espaciais (HARVEY, 2014; PEREIRA, 2019a) e repercutiu em uma corrida mundial por terras. A terra tradicionalmente é alvo de interesse por parte do capital, mas raramente foi vista como um ativo financeiro pelo capital especulativo (PEREIRA, 2019b), como é tratada, sobretudo após 2008.

Além da convergência de crises e globalização neoliberal, no século XXI emergem novas dinâmicas, processos e agentes, dentre os quais destacamos a ascensão de uma nova ordem mundial multipolar, regime alimentar corporativo, ascendência dos países de renda média, também chamados de *Middle Incomes Countries* (MICs) e intensificação do capital financeiro em todas as fases do processo produtivo, tornando difícil a distinção entre capital produtivo e financeiro (FAIRBAIRN, 2014). Todos estes elementos são materializados por meio de novas e antigas estratégias de acesso e controle do território. Argumentamos que no século XXI há mecanismos mais sofisticados, que não necessariamente envolvem a posse e propriedade da terra (McKAY, 2017), porém, simultaneamente, as formas violentas de despossessão ainda permanecem.

Neste cenário, os territórios rurais do Sul Global têm ocupado um papel central como epicentros da recente dinâmica da expansão capitalista (RINCÓN e FERNANDES, 2018). E mesmo que haja particularidades e singularidades de acordo com a região e país, há características que permeiam todo o Sul Global. Primeiramente há um *boom* dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional, como demonstrado no artigo de Pitta, Leite e Kluck nesta edição, o que auxiliou na “*pasaje del Consenso de Washington*, asentado sobre la valorización financiera, al *Consenso de los Commodities*, basado en la exportación de bienes primarios en gran escala” (SWAMPA, 2013, p. 30). O *Consenso das commodities* resultou na reprimarização da economia do Sul Global, no aumento da dependência em relação aos países do Norte Global, que são os principais destinos das *commodities* produzidas neste modelo e na despossessão de centenas de comunidades tradicionais em todo o Sul Global.

Deste modo, há um direcionamento a um modelo de acumulação de capital pautado no neoextrativismo, compreendido como uma versão contemporânea do extrativismo<sup>4</sup> (GUDYNAS, 2009) e como “uma modalidade de acumulação que começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos (...) esse extrativismo forjou-se na exploração de matérias-primas indispensáveis para o bem-estar do Norte Global” (ACOSTA, 2016, p. 49-50). O neoextrativismo remete a atividades que removem grandes volumes de

---

<sup>4</sup> É necessário destacar que o sentido do extrativismo empregado neste artigo é como “sinônimo de extração desenfreada de recursos naturais sem a preocupação com a sustentabilidade (...) refere-se a remoção de grandes volumes de recursos naturais destinados à exportação” (DILGER e PEREIRA FILHO, 2016, p. 20). Ou seja, é contrária a definição comumente utilizada no Brasil, no qual o extrativismo remete a qualquer atividade praticada pelo humano, estando ou não em equilíbrio com a natureza (DILGER e PEREIRA FILHO, 2016).

recursos naturais não ou parcialmente processados e não se limita a questão mineral, mas também ao agrário e florestal (ACOSTA, 2016).

Este espécime de acumulação avança na fragmentação territorial, promove enclaves extrativos associados aos mercados globais (GUDYNAS, 2009; ACOSTA, 2016) e alavanca o cercamento e o controle de bens naturais e comuns. No século XXI este modelo de acumulação imposto ao Sul Global está pautado nas *commodities* flexíveis, que correspondem àquelas que com múltiplos usos, como alimentação, ração animal e agroenergia (BORRAS JR., FRANCO, ISAKSON, LEVIDOW e VERVEST, 2015). As *commodities* flexíveis solucionam um desafio para a agricultura: a necessidade de um portfólio diversificado de produtos para evitar o choque de preços. A ascensão destas *commodities* está relacionada com a financeirização da agricultura, pois os múltiplos e flexíveis usos tem o potencial de mitigar o risco dos investimentos e maximizar os retornos (FRANCO, BORRAS JR., ALONSO-FRADEJAS, BUXTON, HERRE, KAY e FEODOROFF, 2013; PEREIRA, 2019b).

Artigos que compõem esta edição nos permite refletir sobre as *commodities* flexíveis no Sul Global. No artigo “O *Boom* e Estouro da Bolha das *Commodities* no Século XXI e a Agroindústria Canavieira Brasileira: da Mobilização à Crise do Trabalho”, Fábio Teixeira Pitta, Ana Carolina Gonçalves Leite e Erick Gabriel Jones Kluck abordam a expansão do cultivo de cana-de-açúcar, utilizado para a produção do etanol e açúcar. Já Paulo Roberto Carneiro da Paixão Jr. e José Antônio Herrera no artigo “Subsunção do trabalho ao capital na agroindústria de óleo de palma na Amazônia Paraense”, debatem sobre outra *commodity* flexível: a palma, que tem apresentado crescimento no Brasil. Em outra escala, Albert Hasudungan e Jeffrey Neilson, também expõem acerca da expansão do cultivo de palma na Indonésia, na Ásia e, assim como no Brasil, tal expansão, tem resultado em um controle e cercamento de territórios.

Simultaneamente, não é possível compreendemos a questão agrária atual sem superarmos o fato que a mesma não remete apenas a terra, mas sim a múltiplos recursos, a bens naturais, a mineração, a geração de energia, a política pública, a infraestrutura, a comercialização e assim por diante. Isto é, a questão agrária no Sul Global, mais do que nunca, é multidimensional e multiescalar e o número 51 da Revista NERA evidencia tal afirmação.

## **Sobre os artigos**

O número 51 da Revista NERA está composto por dezesseis artigos que nos permitem explorar a multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária. Tais artigos percorrem temas como crise do trabalho, *boom* das

*commodities* (particularmente aquelas caracterizadas como flexíveis), mercantilização e controle de recursos naturais, megaprojetos de infraestrutura, conflitos territoriais e resistências em múltiplas escalas, tanto no Brasil, como em todo o Sul Global.

O artigo intitulado “Multifunctionality of agriculture: a Brazilian perspective”, de autoria de Tarita Schnitman, abre a edição abordando a multifuncionalidade da agricultura, pautada na reprodução socioeconômica das famílias, na promoção da segurança alimentar, na manutenção do tecido social e cultural e na preservação dos recursos naturais e da paisagem rural como um contraponto à agricultura de larga escala. Ao analisar a realidade da comunidade quilombola Mandira, localizada no município de Cananéia, no Vale do Ribeira, região mais pobre do estado de São Paulo, Schnitman conclui que a agricultura multifuncional vinculada ao meio ambiente é o que permite a renda diversificada que os mantêm na área rural.

Em seguida, Fábio Teixeira Pitta, Ana Carolina Gonçalves Leite e Erick Gabriel Jones Kluck, através do artigo “O *Boom* e Estouro da Bolha das *Commodities* no Século XXI e a Agroindústria Canavieira Brasileira: da Mobilização à Crise do Trabalho”, inserem a discussão da expansão da agroindústria canavieira no século XXI no Brasil, mais precisamente no estado de São Paulo, destacando o processo de formação e crise do trabalho do assalariado da cana-de-açúcar e elencando as determinantes deste processo e suas consequências no que concerne à mobilidade do trabalho. Pitta, Leite e Kluck concluem afirmando que a expansão da área e respectivo crescimento da produção nos últimos anos em conjunto com a mecanização do corte de cana-de-açúcar, acompanham não apenas a oferta e a demanda de etanol e açúcar, mas também a sua precificação.

No artigo “Subsunção do trabalho ao capital na agroindústria de óleo de palma na Amazônia Paraense”, os autores Paulo Roberto Carneiro da Paixão Jr. e José Antônio Herrera, a partir da análise de outra *commodity* flexível, a palma, analisam as formas da subsunção do trabalho ao capital na microrregião de Tomé-Açu, no Nordeste do Pará, região responsável por 70% da produção estadual de azeite de dendê e que teve seu *boom* a partir de 2004 por meio da implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Paixão Jr. e Herrera concluem que há três formas de subsunção, sendo a real, presente nas usinas processadoras; a formal, dominante nos campos de dendezeiros empresariais e a ideal, presente na integração com a propriedade camponesa, porém reproduzida pelo próprio capital.

Ainda sobre a Amazônia, Jondison Cardoso Rodrigues e Ricardo Angelo Pereira de Lima, por meio do artigo intitulado “Grandes projetos de infraestrutura na Amazônia: imaginário, colonialidade e resistências” inserem o debate da multiterritorialidade e multidimensionalidade do território através dos megaprojetos de infraestrutura conduzidos pelo Estado e empresas nacionais e internacionais, sendo rodoviário, ferroviário, portuário,

hidrelétrico e minerário. Assim, Rodrigues e Lima refletem sobre o imaginário e as narrativas acerca dos megaprojetos na Amazônia, enfatizando as resistências das populações tradicionais. Os autores concluem que o imaginário e as narrativas emersas nas novas dinâmicas territoriais e na presença de novos agentes, moldam os megaprojetos. Ao mesmo tempo, há a emergência nos territórios de projetos contra-hegemônicos promovidos pelas comunidades tradicionais como forma de resistência.

Carlos Estevão Ferreira Castelo, a partir da contribuição intitulada “Um olhar sobre o desenvolvimento acreano: a “florestania” e outras histórias” reflete acerca do desenvolvimento recente do Acre (1999-2018) pautado pelo discurso global do desenvolvimento sustentável, ou seja, o Estado se apropriou de um discurso cunhado por instituições multilaterais e implantou como base para o desenvolvimento local. O Estado exerceu um importante papel neste processo através da narrativa de que o desenvolvimento se daria pelo aproveitamento da *única vantagem comparativa do estado do Acre*: a floresta. Castelo conclui destacando que se observa um aprofundamento na mercantilização de bens naturais através do financiamento de instituições multilaterais de crédito, realidade cada vez mais frequente nos países do Sul Global, como apontam outros artigos deste número.

No artigo intitulado “Reestruturação produtiva da cadeia de papel e celulose em Imperatriz – MA: terra, transportes e trabalho”, os autores Allison Bezerra Oliveira e Daniely Lima Silva analisam o processo recente de reestruturação produtiva do município de Imperatriz, Sul do estado do Maranhão, pela cadeia produtiva de papel e celulose através das seguintes vertentes: apropriação de terras para o cultivo de eucalipto, mobilidade do capital por meio do transporte de matéria-prima e especialização da força de trabalho. Segundo os dados de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014 foram cultivados 207.448 hectares de eucalipto, extensão que saltou para 253.043 em 2018 (IBGE, 2018). Oliveira e Silva trazem uma importante contribuição na medida em que contempla em suas análises a relevância da questão do transporte (e toda infraestrutura ligada a este), enfatizando a multidimensionalidade do território.

No artigo com o título “A falsa vilã: ideologias e ação estatal no semiárido brasileiro”, José Carlos Dantas explora como se constituíram as ideologias de combate à seca e convivência com o semiárido e como estas influenciaram as políticas públicas direcionadas para o semiárido brasileiro no decorrer das décadas. O autor conclui que a ideologia de combate à seca é responsável por criar uma falsa vilã (a seca) e a ideologia da convivência com o semiárido promove discursos e práticas que mostram ser possível viver na região em meio às suas condições ambientais. Dentre as inúmeras contribuições do artigo, Dantas explora outra dimensão da luta pelo território: a luta pela água, que em um contexto de privatização de recursos naturais, cada vez mais é considerada.

Cristiano Quaresma de Paula, no artigo intitulado “Conflitos por território na pesca artesanal brasileira”, explora os conflitos pelo território terrestre e aquático, ou seja, que integram áreas de pesca, de moradia e vivência das comunidades de pescadores. Os conflitos territoriais são múltiplos, estando relacionado principalmente às questões fundiárias, turismo, unidades de conservação e especulação imobiliária. A partir da análise de dissertações e teses, De Paula chega ao número de conflitos de 105 conflitos relacionados ao território da pesca. A distribuição dos conflitos não é homogênea, sendo: 46,67% na região Nordeste, 20,95% no Sul do Brasil, 17,14% na região Norte, 12,38% no Sudeste totaliza e 2,86% no Centro-Oeste. Assim como a distribuição dos conflitos é distinta, os pescadores artesanais brasileiros resistem e criam estratégias para a permanência das comunidades em seus territórios.

No artigo “A territorialização do capital e as estratégias de resistência camponesa em Paraty/RJ”, o autor Guilherme Freitas Ewald Strauch, a partir do estudo de caso do município de Paraty, litoral Sul do estado do Rio de Janeiro, nas últimas seis décadas, aborda a permanência do campesinato na atualidade, ressaltando a ampla diversidade de suas formas e estratégias de resistência frente aos processos de territorialização do capital no campo. Ewald Strauch conclui destacando que as estratégias de resistência camponesa frente ao avanço do capital são variadas e ocorrem no interior das unidades de produção e consumo, no cotidiano e por meio da formação de rede de movimentos sociais.

No décimo artigo desta edição, intitulado “Metodologia de avaliação de sustentabilidade de Projetos de assentamento rural aplicada à região do Nordeste goiano, estado de Goiás”, os autores Júnio Gregório Roza dos Santos e Selma Simões de Castro abordam acerca da sustentabilidade dos projetos de assentamento no estado de Goiás, especialmente na região Nordeste do estado. Santos e Castro enfatizam que mesmo apresentando baixa aptidão agrícola e insuficiência de infraestrutura, a referida região apresenta a maior concentração de assentamentos de reforma agrária da unidade da federação, sendo 57 assentamentos, totalizando 474.526 hectares e 4.978 famílias assentadas. Santos e Castro concluem que o abandono dos lotes por parte dos assentados é de 50%, o que evidencia a ineficácia das intervenções dos órgãos envolvidos na reforma agrária.

Abordando a dimensão da produção orgânica e agroecológica, os autores Germano Ehlert Pollnow, Nádia Velleda Caldas e Daiane Roschildt Sperling, a partir do estudo de caso do arroz Terra Livre, produzido por assentados da reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, trazem como contribuição o artigo intitulado “O arroz ecológico Terra Livre: desenvolvimento e compromisso social”. A partir de pesquisa de campo, Pollnow, Caldas e Sperling destacam que o principal desafio apontado pelos assentados é a comercialização, especialmente devido ao desmonte das políticas públicas para a agricultura camponesa.



Mesmo com as dificuldades, a referida produção envolve cerca de 600 famílias em 22 assentamentos distribuídos em dezesseis municípios do Rio Grande do Sul, o que promoveu o reconhecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) como o maior produtor de arroz orgânico da América.

Em seguida, no artigo “O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS”, as autoras Caroline Tapia Bueno e Susana Maria Veleda da Silva enfatizam outra dimensão da questão agrária, que nos últimos anos tem ganhado visibilidade: a questão de gênero. Por meio da investigação do município de São Lourenço do Sul, na região Sul do estado do Rio Grande do Sul, Bueno e Silva abordam o patriarcado e as consequentes desigualdades de gênero na estrutura da agricultura familiar. A metodologia utilizada pelas autoras às permite concluir que o sistema patriarcal dita as regras de comportamento para as mulheres e suas famílias, que incide na vida das agricultoras, como na desigual divisão sexual do trabalho, que dificulta o acesso ao estudo e ao trabalho remunerado, com consequências para o futuro das jovens agricultoras.

Introduzindo a dimensão da educação do campo no número 51 da Revista NERA, os autores Angelita Zimmermann, Ane Carine Meurer e Cesar De David, por meio do artigo com o título “A formação dos sujeitos do campo e a pedagogia da alternância: da França ao sul do Brasil”, abordam a experiência das Maisons Familiares Rurales (MFRs), na França e das Casas Familiares Rurais (CFRs), no Brasil à vida dos jovens e das famílias que vivenciam a proposta da Pedagogia da Alternância. Zimmermann, Meurer e De David finalizam o artigo destacando que as Casas Familiares Rurais apresentam limites relativos às estruturas e conjunturas nacionais, específicas da educação e do campo de cada país, partilhando desafios e perspectivas, entre os quais, uma formação diferenciada da juventude do campo, priorizando a construção de políticas pedagógicas.

Ainda sobre a educação do campo, no artigo “A ordem do discurso da Educação de Jovens, Adultos e Idosos no território da Educação do campo brasileiro: a qualificação profissional enunciada em análise documental”, os autores Maria Aparecida Vieira de Melo, Marcelo da Fonsêca Santana e Ricardo Santos de Almeida objetivam mapear e descrever a ordem do discurso enunciado nos documentos brasileiro da educação de jovens, adultos e idosos para os camponeses. Por meio da metodologia Análise Arqueológica do Discurso (AAD), Melo, Santana e Almeida concluem acerca da necessidade da continuação da luta pelo direito a educação.

Evidenciando a multiescalaridade da questão agrária, no artigo intitulado “Brazilian agribusiness in Mozambique: the ProSANAVA Programme case study”, a autora Tamy Yukie Kobashikawa objetiva examinar o status do Programa de Cooperação Tripartite para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA) e quais são os motivos para o agronegócio brasileiro não investir em Moçambique no período entre 2007

e 2017. O ProSAVANA é caracterizado como uma cooperação Sul-Sul entre os governos de Moçambique, Brasil e Japão, sendo inspirado no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), implantado no Brasil durante a década de 1970. O ProSAVANA envolve múltiplas dimensões da questão agrária, como é abordado no número 38 da Revista NERA<sup>5</sup>, publicado em 2017. Kobashikawa conclui que os principais motivos para a retração do investimento do agronegócio em Moçambique são o alto risco de investimento resultante da falta de subsídios públicos para o agronegócio, a burocracia da Lei de Terras (1997) e a mobilização da sociedade civil contra o ProSAVANA<sup>6</sup>.

Finalizando a edição, os autores Albert Hasudungan e Jeffrey Neilson no artigo intitulado “Processes of land appropriation for large-scale oil palm development in West Kalimantan, Indonesia”, abordam as transações de terras para o cultivo de palma para fins extrativos em Kapuas Hulu, no distrito de Kalimantan, no Oeste na Indonésia. Assim como a microrregião de Tomé-Açu, no Nordeste do Pará, analisada no artigo de Paixão Jr. e Herrera neste número, a região de Kapuas Hulu está na linha de frente da área de expansão das plantações de palma na Indonésia. Hasudungan e Neilson apresentam as complexidades dos arranjos institucionais entre distintos agentes que negociam ao controle do território por meio da expropriação e que conformam uma rede que promove o *powers of exclusion*.

Mesmo pelo fato da questão agrária ser resultado de dinâmicas locais e globais em interação e variar de acordo com cada formação territorial, em um contexto de convergência de múltiplas crises e de globalização neoliberal, o presente número da Revista NERA nos permite identificar dinâmicas semelhantes que permeiam todo o Sul Global. O extrativismo, o neoextrativismo, a privatização e mercantilização de bens naturais e comuns, a ascensão de *commodities* flexíveis e resistências de diversas comunidades tradicionais em todo o Sul Global evidenciadas no número 51 apontam para a necessidade de uma abordagem da Geopolítica da Questão Agrária.

## Referências

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces da mesma maldição. DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo / Editora Elefante, 2016, p. 46-85.

---

<sup>5</sup> Dossiê Moçambique disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/DOSSI%C3%8A%20MO%C3%87AMBIQUE>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

<sup>6</sup> Assim como há uma cooperação Sul-Sul no âmbito dos investimentos referentes ao agronegócio, há uma cooperação Sul-Sul dos povos de Moçambique e do Brasil (AGUIAR e PACHECO, 2016), o primeiro impactado com o ProSAVANA e o segundo com o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, região que compreende 337 municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e considera a última fronteira agrícola em áreas de Cerrado (FERNANDES, FREDERICO e PEREIRA, 2019). Catsossa (2019) pondera ambos os programas como a base para a compreensão da Geopolítica da Questão Agrária.

AGUIAR, Diana; PACHECO, Maria Emília (Org.). **A cooperação Sul-Sul dos povos do Brasil e de Moçambique**. Memória da resistência ao ProSavana e análise crítica de seu plano diretor. Rio de Janeiro: FASE, 2016.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer; KAY, Cristóbal; SPOOR, Max. **Land grabbing in Latin America and the Caribbean viewed from broader International perspectives**. Santiago: FAO, 2011.

BORRAS JR.; Saturnino; FRANCO, Jennifer; ISAKSON, Ryan; LEVIDOW, Les; VERVEST, Pietje. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 93-115, 2015.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP – espaço e tempo**, n. 33, p. 198-220, 2013.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**. Categorias e Leis da Dialética. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

DILGER, Gerhard; PEREIRA FILHO, Jorge. Ousar a pensar “fora da caixa”. DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo / Editora Elefante, 2016, p. 12-23.

FAIRBAIRN, Madeline. Like gold with yield’: evolving intersections between farmland and finance. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 777-795, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FRANCO, Jennifer; BORRAS JR, Saturnino; ALONSO-FRADEJAS, Alberto; BUXTON, Nick; HERRE, Roman; KAY, Sylvia; FEODOROFF, Timothé. **L’Accaparement des terres: un livret**. Amsterdam: Transnational Institute, 2013.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajos el progresismo Sudamericano actual. Centro Andino de Acción Popular (CAAP) / Centro Latinoamericanode Ecología Social (CLAES) (Org.). **Extractivismo, Política y Sociedad**. Quito: CAAP / CLAES, 2009, p. 187-225.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970 [1867].

McKAY, Ben. **The politics of control: new dynamics of agrarian change in Bolivia’s soy complex**, 2017, 290 f. Thesis (PhD in Agrarian Studies) - International Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, The Hague, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 09-21, Dossiê MATOPIBA, 2019a.

\_\_\_\_\_. **“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”**: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). Presidente Prudente, 2019, 523 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019b.

RACINE, Jean-Bernard; RAFFESTIN, Claude; RUFY, V. Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 45, n. 1, p. 133-145, jan/mar. 1983.

RINCÓN, Luis Felipe; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorial dispossession: dynamics of capitalism expansion in rural territories in South America. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 11, p. 2085-2102, 2018.

SACK, Robert. Human territoriality: its theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valorización en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, 2013.